
O ACESSO E PERMANÊNCIA DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

PAULO CRISTIANO MARQUES PEREIRA

Graduado em Direito pela FARO – Faculdade de Rondônia

RESUMO:

A trajetória histórica do sujeito negro no Brasil é permeada por inúmeras marcas que vão desde uma das mais baixas e cruéis ações humanas, a escravidão, passando por um processo de discriminações e preconceitos. Diante disto, este trabalho discute os avanços e perspectivas da população negra no Brasil, tendo em vista a formação educacional no Ensino Superior, tendo como objetivo analisar em que medida houve avanço no acesso e permanência destes sujeitos na educação superior. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva, com abordagem qualitativa. Como resultado, ressalta-se que a criação de leis por meio das ações de afirmação expandiu a participação dos sujeitos negros nas instituições de ensino superior, além disso, o número de vagas foi ampliado, consideravelmente. Dessa forma, concluímos que a integração e permanência dos alunos negros nas instituições de ensino superior tem seu ponto de chegada na finalidade social, de forma que, para além das cadeiras das academias, estes alunos possam ocupar os mais variados postos de liderança.

Palavras-chave: Acesso ao Ensino Superior. Aluno Negro. Ações Afirmativas. Políticas Públicas.

ABSTRACT:

The historical trajectory of black people in Brazil is permeated by countless marks that range from one of the lowest and most cruel human actions, slavery, to a process of discrimination and prejudice. Because of this, this paper discusses the advances and perspectives of the black population in Brazil, considering the educational process in higher education, to analyze to what extent there has been progressed in the access and permanence of these persons in higher education. As for the methodology, it is a bibliographic research, of the descriptive type, with a qualitative approach. As a result, it is emphasized that the creation of laws through affirmation actions has expanded the participation of black people in higher education institutions, besides, the number of vacancies has been expanded considerably. Thus, we conclude that the integration and permanence of black students in institutions of higher education have their point of arrival in the social purpose, so that, beyond the chairs of the academies, these students can occupy the most varied positions of leadership.

Keywords: Access to Higher Education. Black Student. Affirmative Actions. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do sujeito negro no Brasil é permeada por inúmeras marcas que vão desde uma das mais baixas e cruéis ações humanas, a escravidão, passando por um histórico de discriminações e preconceitos.

Essas barreiras, enfrentadas pela população negra, deixaram cicatrizes profundas em toda sociedade brasileira. Seja qual fora a cor autodeclarada, cada indivíduo carrega consigo uma forma particular de agir e pensar sobre a pessoa negra, essas atitudes são influenciadas pelo processo histórico de vida de cada indivíduo.

Diante disso, este trabalho visa discutir os avanços e perspectivas da população negra no Brasil tendo em vista a formação no Ensino Superior, para tanto foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: Em que medida houve avanço no acesso e permanência do sujeito negro no ensino superior?

Tendo em vista essa inquietação, esta pesquisa se firma na hipótese de que houve avanço na medida em que as lutas populares impulsionaram a criação de leis e políticas públicas que buscam dar maior equidade aos cidadãos negros frente ao acesso e permanência no ensino superior.

Considerando a população negra como cidadãos de direito, e apesar das conquistas históricas na busca pelo reconhecimento social, ainda, em pleno século XXI percebe-se tamanha dificuldade desses sujeitos em alcançar as esferas sociais mais altas. Dessa forma, este trabalho põe em discussão o acesso ao conhecimento formal como um dos dilemas enfrentados pela pessoa negra.

Esta pesquisa visa promover e provocar a reflexão sobre esta temática no meio acadêmico, de forma a contribuir com o avanço na aplicação e aprimoramento dos direitos já assegurados. Os resultados são de grande relevância social, haja vista que a população brasileira é composta por classes mais baixas, “em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca” (IBGE, 2019, p. 03). Dessa forma, faz-se necessária tal discussão em busca da diminuição das desigualdades sociais ainda tão desmedidas no Brasil.

Com vista à resposta do problema de pesquisa foi elaborado o seguinte objetivo geral: Analisar em que medida houve avanço no acesso e permanência do sujeito negro no ensino superior.

Para a materialização desse objetivo geral, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever como se deu o processo de formação da identidade negra no Brasil;
- b) Identificar como as políticas públicas vêm contribuindo para o acesso à educação superior;
- c) Discutir de que forma as ações afirmativas podem ajudar na permanência do estudante nas instituições de nível superior.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, “dessa forma é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Do tipo descritiva, que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002, p. 42).

Tal tema tem sido alvo de estudos de diferentes pesquisadores. Dessa forma, para a discussão teórica e conceitual, nos aportamos em autores como (BONILHA, 2011) que discute as ações afirmativas, (MARQUES, 2018) que discute o acesso no ensino superior, (SANTANA, 2006) que descreve as conquistas e percalços do aluno negro, (ALMEIDA, 2017) que examina o papel do PROUNI no acesso da população negra no ensino superior, além de outros que contribuíram com a construção deste trabalho.

1 OS DESAFIOS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

1.1 BREVE CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE NEGRA

São inegáveis, na história do Brasil, as marcas discriminatórias sofridas pela população negra. Historicamente em nosso país houve a construção de uma percepção de inferioridade em decorrência da cor da pele do indivíduo. Ao mesmo tempo, ocorreu a desconstrução na natureza universal humana, a que qualquer indivíduo, independentemente da cor de sua pele, possui.

Nesse sentido, Marques (2018, p. 13) descreve que:

A afirmação da identidade negra está diretamente ligada às redes de relações com o outro, ou seja, as relações mantidas pelo sujeito

influenciarão o fortalecimento de sua identidade, seja positiva ou negativamente, considerando-se que a identidade não é inata.

Considerando o aspecto identitário, esse está relacionado ao meio social como um todo, seja nas mais diversas relações de convivência. Dessa forma, os efeitos negativos produzidos por comportamentos discriminatórios, são absoldidos e, a longo prazo, incorporados à própria constituição identitária dos sujeitos impactados.

Assim, “os processos pelos quais o ser humano é acometido ao longo de sua vida estão ligados à construção de sua identidade” (MARQUES, 2018, p. 07). É nesse contexto, que os sujeitos negros, construíram sua identidade marcada pela extrema desigualdade.

Tendo em vista, a superação desse processo histórico de segregação e preconceito, é que novos entendimentos sobre as diferenças entre os sujeitos de uma sociedade, sejam relativas à raça, sexo ou quaisquer outras, devem ser difundidos por meio de discussões e debates.

Nessa linha, Rosa (2007, p. 146) comenta que:

[...] a raça deve ser reconhecida como uma categoria de classificação social que, como todas as demais, permite que a sociedade constitua seus “mapas interpretativos” do mundo. Ao compreender a raça nessa perspectiva buscamos a sua capacidade de ordenar o mundo social e fazer que os indivíduos apresentem atitudes e comportamentos específicos diante da variação racial.

O autor destaque que mesmo nas diferenças, nesse caso o reconhecimento de raça sob uma perspectiva social, as características peculiares de um grupo, não podem implicar por parte de outros grupos, um olhar que fuja do conceito universal de que todos são seres humanos.

Entendendo que as diferenças físicas ou identitárias, ou quaisquer outras, não podem ser motivos para beneficiar alguns sujeitos em detrimento de outros, quaisquer tipo de favorecimento, não justificado, deve implicar na intervenção da sociedade.

Dessa forma, Benedito (2007, p. 114) esclarece que:

O princípio da igualdade de oportunidades tem sido o fio condutor e bandeira política permanente das articulações culturais, políticas e ideológicas que impulsionaram o renascimento de uma imprensa negra, orientou a emergência do Movimento Negro Unificado, ainda durante a vigência do regime militar no final da década de 1970, e abriu caminho para a criação de conselhos de estado, assessorias Afro, organizações não- governamentais negras de projeção nacional e internacional nas décadas seguintes.

Em nossa sociedade a população negra sofreu e ainda sofre com tratamentos verticais, ou seja, em muitos casos não são tratados em nível de igualdade em relação à população branca. As lutas populares vêm ao longo dos anos fortalecendo e diminuindo as distâncias sociais. Um grande impulsionador da criação de leis e mudanças de comportamento social é a organização de grupos de sujeitos sociais com um objetivo em comum.

Sobre esses avanços históricos, Benetito (2007, p. 118) relata que:

Em um texto publicado em 2003, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, observou que, embora no Brasil a teoria sobre ações afirmativas seja recente, a prática de políticas compensatórias tem uma longa e demarcada história.

O autor destaca que, sendo reconhecido o percurso histórico pelo qual os povos negros no Brasil foram tratados de forma discriminatória, houve, por essa força, a necessidade de ações compensatórias com o objetivo de tentar aproximar as largas diferenças sociais fixadas em nosso país.

Sobre esse tratamento histórico diferenciado, Marques (2018, p. 15) comenta que isso:

[...] revela os efeitos da colonialidade, que nega aos sujeitos negros a sua humanidade por meio de uma violência epistêmica construída em torno do conceito de raça e os têm como “não europeus”, historicamente desumanizados e inferiorizados.

Dessa forma, o autor evidencia um olhar de superioridade que beneficia a cultura europeia, e que foi radicalmente imposta no Brasil desde sua colonização, tratando os povos, dentre eles africanos e indígenas, como diferentes até mesmo na sua condição humana.

Nessa linha, Marques (2018, p. 11 *apud* Munanga, 2012, p. 10) complementa que:

[...] no processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial.

Assim, para a superação das marcas históricas de afirmação da inferioridade do negro, afirmações essas de caráter subjetivo, tendo em vista a simples negação da

condição humana, há necessidade de se promover e difundir discussões em prol da verdadeira origem e rica cultura os povos negros.

Esse campo de lutas e debates é uma realidade vivida por esses sujeitos, conforme relata Marques (2018, p. 11):

Tais enfrentamentos fazem parte do cotidiano do negro em todos os aspectos: sociais, culturais e econômicos. Entendemos, pois, que é preciso levar em consideração questões sociais, políticas, étnicas, individuais e coletivas que influenciam na construção ou no fortalecimento da identidade de cada pessoa.

É nesse movimento individual, mas, principalmente coletivo, que os povos negros vão acessando espaços sociais por muito tempo negados, em busca da afirmação de sua condição de ser humano e sujeito participativo nas questões sociais.

1.2 DEMOCRACIA RACIAL

A negação de que em nossa sociedade há diferenças marcantes relacionadas às populações negras no que tange à igualdade de oportunidades e ainda formas desiguais de tratamento, é elemento que permeia o meio social.

Sobre isso Marques (2018, p. 11) descreve que:

No Brasil, o mito da democracia racial que prega a igualdade entre todos não é bem assim, uma vez que exalta somente a cultura europeia e inferioriza as demais, inclusive a cultura negra. Nota-se que a ideologia do branqueamento influenciou a construção da identidade do povo brasileiro, negando a existência da herança de outros povos, principalmente do africano, na composição dessa identidade. Quando mencionado, esse povo aparece de forma folclorizada ou estereotipada.

Conforme o autor, esse conceito de democracia racial absolve a cultura discriminatória já arraigada em nossa sociedade. Além disso, promove e mantém a conjuntura de comportamentos que sem anunciar de forma explícita, reforçam as diferenças.

Dessa forma, “diante do ocultamento dos conflitos raciais, difundiu-se no Brasil a crença em um paraíso racial, no qual não haveria espaço para discriminação por raça/cor, como se no País estivesse difundida uma democracia racial” (BONILHA, 2011, p. 154).

A cultura brasileira é repleta de insinuações que expõe a visão do povo negro como inferior. Tais alusões estão presentes no vocabulário, nos meios de comunicação, até mesmo em obras didáticas direcionadas à formação escolar.

Conforme Bonilha (2011, p. 154-155):

[...] a ideia de igualdade de oportunidades para brancos e negros, perpetuada pelo mito da democracia racial, é respaldada por dois argumentos distintos: o primeiro se refere à mistura de grupos raciais com determinadas classes sociais, ou seja, não há propriamente grupos raciais que, como tais, possam ser objeto de discriminações. O segundo argumento afirma que os preconceitos desfavoráveis aos negros esgotam ao nível verbal e não se manifestam em comportamentos como determinantes da ação.

Esse pensamento igualitário é reforçado, em muitos casos, por falta de oportunidade de conhecimento, haja vista a construção da identidade de nossa sociedade que ao longo de séculos reforça as diferenças. Dessa forma, há necessidade de discussões que ampliem a visão da população, buscando modificar comportamentos e uma cultura de marginalização intrínseca.

Ainda sobre isso, “O antirracismo que se desenvolveu no Brasil, por sua vez, consistia em não falar em raça para evitar qualquer problema racial. Sendo assim, denunciar o racismo e propor políticas sensíveis à raça é um grande desafio posto neste país” (REIS, 2007, p.50). Conforme Reis (2007), os caminhos para a mudança cultural da população brasileira, requerem, sobretudo, a difusão dessa problemática, esconder a realidade vivida pela pessoa negra em nossa sociedade não contribui com a mudança de comportamento social, pelo contrário, reforça e perpetua.

Fonseca (2007, p. 163) descreve a ação de grupos atentos ao reforço do pensamento de igualdade, o autor relata que:

[...] a ideia de democracia e de igualdade tem cada vez mais se enraizado na sociedade brasileira e orientado a ação dos mais diversos grupos sociais. Essa experiência caminha na direção do estabelecimento de um consenso que afirma a necessidade de enfrentamento dos padrões de exclusão e desigualdade que marcaram a história do país.

O autor enfatiza a necessidade da união da sociedade com vista a, não somente constatar e observar os fenômenos sociais excludentes, mas, a agir unindo forças na criação de leis que inibam as práticas excludentes e preconceituosas.

Sobre isso Rosa (2007, p. 145) corrobora comentando que:

As ações afirmativas geram tanto ações compensatórias aos grupos que sofreram injustiças históricas quanto ações preventivas que buscam estabelecer formas de tratamentos preferenciais para impedir que, em razão

de um sistema discriminatório instituído, indivíduos pertencentes a grupos específicos tenham seu acesso a recursos coletivos negado em decorrência desse pertencimento.

O reconhecimento desse problema social é o primeiro passo para que as iniciativas que visam diminuir as distâncias sociais possam ser melhor aceitas pela população, haja vista, que medidas que promovam a igualdade de oportunidades, muitas vezes, requerem tratamentos diferenciados com vista a proporcionar maior equidade.

2 O ACESSO AO NÍVEL SUPERIOR

2.1 A REDE PÚBLICA COMO ÚNICA POSSIBILIDADE

A possibilidade do acesso à educação formal apresenta, ao longo da história do Brasil, todo um processo gradativo de construção. Demandas como os avanços tecnológicos nos meios de produção, impulsionaram a necessidade de preparação mínima da população trabalhadora no sentido de atender as novas necessidades das indústrias. Há de se destacar, também, que apesar da possibilidade do acesso ao conhecimento sistematizado, esses reduziam-se ao suficiente para que a classe trabalhadora pudesse dar conta da operacionalização das novas ferramentas de produção.

Como aponta Marques (2018, p. 03):

[...] democratização do acesso à educação superior no Brasil, que historicamente foi marcada pela exclusão de jovens oriundos de camadas populares por meio de critérios seletivos de exclusão em que a educação superior não era considerada um bem público, com a finalidade precípua de atender indistintamente a todos os cidadãos em um projeto democrático, solidário e heterogêneo.

Conforme o autor, ter uma formação acadêmica era privilégio das classes mais abastadas, esse nível de conhecimento era intencionalmente dificultado para os cidadãos oriundos das classes mais baixas. Nesse contexto, tem-se uma das ferramentas que possibilitava a manutenção do poder nas mãos da classe dominante.

Porém, avanços ocorridos nas últimas décadas do século XX, principalmente no contexto político, possibilitaram um novo cenário no que diz respeito ao acesso aos

níveis de conhecimento pelas classes mais baixas. Sobre isso Marques (2018, p. 03) descreve que:

A partir da década de 1990, com a implantação de ações afirmativas, gradativamente se observa um novo desenho da política de educação superior, com o acesso de outro perfil de ingressantes, que em sua maioria eram a primeira geração de sua família a ingressar no ensino superior, pois a ausência de políticas de promoção de igualdade racial inviabilizava a entrada de jovens negros na universidade.

De acordo com o autor, a última década do século XX é marcada por avanços no acesso da população negra ao ensino superior. Consequência, das lutas populares por igualdade de oportunidades.

Dessa forma, “naquele tempo, ainda que com grandes barreiras para conquista da vaga, a universidade pública constituía o espaço que mais abrigaria, em termos comparativos ao ensino superior privado, estudantes da escola pública, de mais baixa renda e negros” (ALMEIDA, 2017, p. 93).

Com a possibilidade de acesso ao ensino superior sendo cada vez mais ampliada, surgem outras barreiras, como a econômica, o que direcionava às universidades públicas a responsabilidade por receber esses alunos.

Nesse sentido, Almeida (2017, p. 94) afirma que:

Logo, dadas a desigualdade social secular e a escassa distribuição de renda ainda existente no Brasil, a gratuidade constitui um dos principais aspectos quando da escolha do curso, principalmente em uma década marcada por crises externas e altas taxas de desemprego.

Dessa forma, a população negra que historicamente constituiu as classes mais baixas da sociedade tem a oportunidade do ingresso em uma instituição pública e gratuita de nível superior. Destaca-se aqui, que apesar da gratuidade, outras barreiras dificultavam o acesso desses alunos em busca da formação superior.

2.2 AS AÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS EFEITOS SOBRE O ACESSO AO NÍVEL SUPERIOR

A mobilização dos sujeitos negros pela reivindicação de direitos e garantias sociais é uma grande força necessária aos esforços pela diminuição das

desigualdades. Por meio das lutas populares conquistas históricas têm avançando na direção da inclusão social, principalmente pela criação de leis.

Sobre isso, Marques (2018, p. 04) ressalta que as ações afirmativas:

[...] são políticas públicas ou privadas, compulsórias ou não, que têm por objetivo último erradicar da sociedade as práticas discriminatórias dirigidas a determinados grupos sociais, historicamente excluídos e cujo reconhecimento e prestígio social sejam baixos ou mesmo inexistentes.

O autor conceitua as ações afirmativas em: ações que tem como efeito a diminuição das distâncias sociais, que buscam a mudança de comportamentos discriminatórios. Essas ações de afirmação são responsáveis pela criação de diversas leis e têm como beneficiários principais as camadas menos favorecidas da sociedade.

Um forte campo de atuação das ações de afirmação é o da educação. Sobre isso Marques (2018, p. 03) explica que:

As reivindicações dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro, a partir da década de 1990 pressionaram o Estado brasileiro para que implantasse políticas públicas afirmativas, com programas específicos, visando ao acesso de estudantes negros, indígenas e egressos de escolas públicas a esse nível de ensino.

Marques (2018), ressalta a força das ações afirmativas sobre o acesso à educação superior, o que implica na inclusão a um bem social de grupos historicamente excluídos. Isso possibilita, além da formação em um nível superior, a ascensão desses sujeitos às camadas mais altas da sociedade, podendo gerar, assim, mudanças significativas da estrutura política e econômica, espaços tradicionalmente encabeçados pela população branca de maior poder econômico.

2.3 COTAS: OPINIÕES A FAVOR E CONTRÁRIAS

Uma das medidas que gerou e ainda gera muitas discussões sobre a inclusão da população negra em universidades, são as cotas. “A denominada Lei de Cotas, n. 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas” (MARQUES, 2018, p. 03).

A supracitada lei é fruto de verdadeiras batalhas na busca pela maior igualdade de oportunidades. Com efeito, a Lei de Cotas, apesar da sua promulgação, ainda é objeto de inúmeras divergências quanto ao seu fundamento.

Sobre isso, Reis (2007, p. 53), relata pontos de discordância em debates sobre a lei:

Os argumentos contrários eram os seguintes: o Brasil é um país mestiço; a concepção de descendência no Brasil não se assemelha à dos Estados Unidos one drop rule; raça não é um conceito científico; a dificuldade do acesso dos negros às Universidades está baseada na condição de classe (“eles são pobres”); o mérito é a marca de acesso ao sistema de ensino superior; estudantes ingressos pelo sistema de cotas encontrarão dificuldades para estudar nas Universidades porque a escola pública não é de boa qualidade; o sistema de cotas provocará um sistema distintivo na Universidade; cotas são um oportunismo político e uma demagogia; cotas são uma proposta imperialista, estrangeira.

Diante do exposto, podemos verificar argumentos que justificariam as opiniões contrárias à Lei de Cotas. Aprofundando a análise sobre essas justificativas, podemos perceber que negando o fato das marcas históricas de exclusão social por força do argumento subjetivo de cor de pele, ainda fortemente presente em nossa sociedade, esses argumentos reforçam o caráter preconceituoso e de falta de aceitação de fatos históricos somado à realidade vivida pelos sujeitos negros ainda no momento presente.

Considerando os argumentos contrários e a favor, e o fato da existência da norma. Isso pode ter alguns efeitos também contraditórios. “No que tange à autodeclaração de pertencimento étnico-racial para ter direito a cotas, verifica-se que essa medida pode resultar em fortalecimento da identidade negra ou em negação ao seu reconhecimento” (MARQUES, 2018, p. 04). Dessa forma, percebemos então a necessidade da ampliação das discussões sobre os embasamentos da Lei, haja vista que pelo conhecimento pode haver o reconhecimento.

Uma das consequências do fortalecimento de medidas afirmativas com a criação de normas de inclusão pode ser percebida no que aponta Almeida (2017, p. 97 *apud* IBGE, 2010):

Sem dúvida, tal movimento acompanhou uma mudança mais geral em torno da distribuição racial da população brasileira entre os anos 2000 e 2010, tendo o segmento negro composto de autodeclarados pretos e pardos (44,6% em 2000 para 50,9% em 2010) ultrapassado o total de autodeclarados brancos (53,7% em 2000 para 47,5% em 2010) conforme dados do Censo Demográfico do IBGE.

As conquistas de direitos e garantias tem como consequência o fortalecimento da identidade negra. Dessa forma, a pessoa negra, se reconhecendo enquanto um sujeito oriundo de um contexto histórico de discriminação, mas, também, um sujeito de direitos, pode ter fortalecida sua identidade negra. Nesse contexto, a Lei de Cotas se firma como uma medida de afirmação dessa identidade, e de garantia da busca pela equidade, podendo promover, de fato, a igualdade de oportunidades.

2.4 A REDE PRIVADA PASSA A SER UMA ALTERNATIVA

O acesso aos bens públicos e nesse contexto à educação superior tem grande impulso nas décadas de 1990 e 2000. Essa transição entre séculos foi marcada por lutas e conquistas sociais que trouxeram grandes avanços no combate às desigualdades sociais.

Sobre isso, Almeida (2017, p. 94) comenta que:

Especialmente em 2003, [...] mudanças ocorreram nas políticas de acesso ao ensino superior para os segmentos socialmente mais destituídos; seja no setor público, com a implantação de cotas no âmbito das universidades federais em processo de crescimento de vagas, seja no setor privado, agora bem mais ampliado.

Conforme (ALMEIDA, 2017), o início do século XXI traz medidas de universalização ao acesso à educação superior. Os movimentos de inclusão social obtiveram êxito principalmente na ampliação das opções de ingresso. Nesse contexto, políticas públicas tornaram as instituições privadas de ensino superior uma opção de formação para os cidadãos das classes menos favorecidas.

Dentre essas políticas, “as duas principais transformações foram a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), implantado em 2005, e a utilização em larga escala do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como método de seleção” (ALMEIDA, 2017, p. 94-95). As políticas permitiram que o fator puramente econômico não fosse determinante para o acesso a determinados cursos. Ressalta-se que não se trata de proporcionar vagas para todos, o que seria o ideal, mas abre oportunidades nunca antes disponibilizadas.

Dessa forma, a população negra, historicamente pertencente às classes com menor poder aquisitivo, tem a oportunidade de frequentar os cursos de instituições

privadas e assim “[...] um “novo” estudante passa a figurar no setor particular da educação superior [...]” (ALMEIDA, 2017, p. 96).

Isso pode ser verificado com base na pesquisa de Artes e Ricoldi (2015, p. 868), quando descrevem o crescimento da população negra no ensino superior, em números percentuais:

Quadro 1: Pessoas que frequentam curso de graduação, distribuídas pelas categorias COR e RAÇA

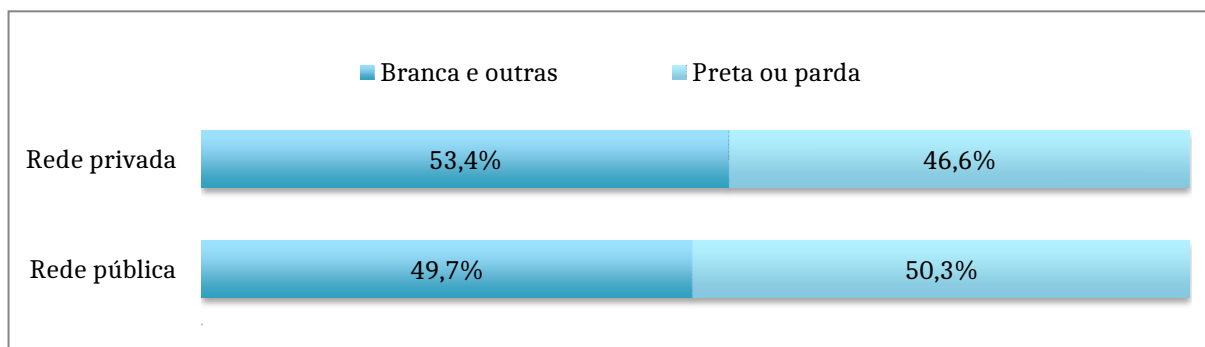
Categoria	2000		2010		VARIACÃO
	N	%	N	%	
Branca	2.249.155	78,5%	3.906.163	63%	73,7%
Preta	68.208	2,4%	330.130	5,5%	384,0%
Parda	491.698	17,2%	1.857.577	30,7%	277,8%
Negra	559.906	19,5%	2.187.707	35,7%	290,7%

Fonte: Elaborado por Artes e Ricoldi (2015), com base nos dados apresentados por IBGE/Censo Demográfico, 2000 e 2010 (microdados).

Diante dos dados levantados por Artes e Ricoldi (2015), percebemos uma considerável escalada da população negra⁴ ao acesso no ensino superior. Os dados revelam que num período de aproximadamente uma década, os autodeclarados Pretos, Pardos e Negros tiveram dobradas suas participações nos cursos de graduação.

Ainda reafirmando, em termos percentuais, os avanços conquistados pela população negra:

Figura 1: Distribuição das pessoas que frequentam o ensino superior, segundo a rede de ensino (%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Os dados apresentados pelo IBGE (2018) revelam o importante indicador de que na rede pública de ensino superior a população preta ou parda passa, em 2018, a ser maioria. Na rede privada ainda existe uma estreita diferença.

A disponibilização de bolsas de estudo além de programas de financiamento estudantil implicaram na ampliação maciça de vagas no ensino superior. Como uma das muitas consequências positivas, houve a ampliação de alunos negros, oriundos de famílias que até então nunca tiveram um membro com formação superior. Além disso, abre-se a possibilidade de ascensão social dessas famílias.

3 A PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

3.1 FATORES ESSENCIAIS À MANUTENÇÃO DOS ALUNOS

A inclusão nas instituições de ensino superior, de alunos provenientes de classes desfavorecidas, principalmente o aluno(a) de cor negra, que enfrenta outras tantas barreiras além da econômica, é ponto de partida para a diminuição das distâncias sociais, no entanto, a entrada no curso superior não afastam os muitos problemas sociais que esses alunos enfrentam no dia a dia.

Sobre essa nova fase na formação, Bonilha (2011, p. 163) explica que:

Da mesma forma que a democratização do acesso à universidade representa um avanço na história da sociedade moderna, é de fundamental importância problematizar as condições de permanência do sujeito no ensino superior, de modo a considerar as dificuldades que o aluno enfrenta na vida acadêmica e as relações sociais a que está submetido, as quais podem repercutir de forma positiva ou negativa em seu processo de integração na universidade.

O autor destaca a necessidade da continuidade das discussões e ações inclusivas durante o período em que os alunos cursam uma faculdade. Não basta dar condições de acesso, o acompanhamento das dificuldades combinado a medidas efetivas de solução, é fator determinante para combater à evasão escolar de alunos que enfrentam sérias barreiras sociais, econômicas, dentre outras.

Adicionando argumentos sobre a questão da permanência, Fonseca (2007, p. 167) relata que:

No mundo moderno, sobretudo no século XX, houve uma pressão social em relação ao acesso às universidades, e isto resultou em um desenvolvimento contraditório, que ocorreu pela incorporação de grupos sociais historicamente

excluídos destes espaços, mas sem uma alteração efetiva do padrão de elitismo dessas instituições.

Conforme o autor, mudaram os alunos, mas, as instituições continuam as mesmas. Nesse sentido, o perfil desses alunos foi substancialmente alterado, principalmente nas instituições particulares constituídas por um grupo com características similares, quais sejam: de cor branca, alto poder aquisitivo, filhos de ocupantes de altos cargos públicos ou primados. Dessa forma, surge a necessidade de as instituições de ensino promoverem medidas de integração desses novos alunos, oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, vindos de escolas públicas, e muitos destes de cor negra trazendo consigo marcas históricas de preconceito racial.

Nesse contexto de inclusão e permanência, surgem questões como a meritocracia e outras dificuldades. Nessa direção, Rocha (2007, p. 266) questiona:

[...] como medir mérito entre os que só conseguem chegar à universidade após doze horas de trabalho, em relação ao primeiro grupo que apenas estuda? Ainda precisaríamos considerar aqueles alunos que gastam de três a quatro horas de transporte para chegar à universidade e aqueles que chegam em seus carros.

Discutir merecimento nesse contexto é algo que não pode ser relativizado e tratado de forma mecânica ou objetiva. Devem ser observados todo o contexto social e as condições materiais dos alunos, “gastos com moradia, transporte, materiais curriculares, alimentação, entre outros, representam um problema a ser enfrentado pelos alunos e por suas famílias” (BONILHA, 2011, p. 161). Em se tratando de alunos negros de famílias pobres, esses são fatores determinantes para sua permanência no curso superior.

Corroborando com isso, Reis (2007, p. 62) relata que “devemos observar que alimentação e transporte são também aqui itens básicos para a manutenção [...]”. A condição econômica é tão influente que, no caso das instituições particulares, não basta ser isento do pagamento de mensalidades, fatores básicos para a sobrevivência interferem na continuidade e na qualidade da formação dos(as) alunos(as).

Diante dessas constatações, verifica-se a necessidade de projetos e ações que atendam as demandas necessárias aos estudantes negros, “[...] essas estratégias tanto podem ser formais (programas de extensão, concessão de bolsas de estudo etc.)

como informais (redes de solidariedade de amigos, parentes e comunidade)” (REIS, 2007, p.51).

As necessárias medidas de apoio aos alunos(as) não encerram na barreira econômica, mas, se estendem a outros fatores, como explica Rocha (2007, p. 266):

A presença e permanência dos afro-descendentes na universidade estão condicionadas à solução de demandas como moradia, transporte, material didático, alimentação, apoio emocional e acompanhamento acadêmico. Até então, os estudantes têm buscado de modo informal superar esses obstáculos, entretanto, na perspectiva de promoção e inclusão desse segmento no ensino superior com qualidade, esse quadro pode ser repensado à luz de políticas públicas.

As estratégias de superação das desigualdades demandam um olhar para as condições materiais, porém, somam-se a isso, os cuidados com as condições emocionais desses alunos. Em se tratando dos sujeitos negros, além de sofrerem a pressão pelas poucas ou inexistentes condições financeiras, existem as barreiras do comportamento social, manifestas por atitudes preconceituosas e excludentes por parte de alguns indivíduos.

3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO E PERMANÊNCIA

As conquistas da população negra por espaço nas instituições de ensino superior, e, as intervenções que garantem melhores condições de permanência desses sujeitos, são uma realidade materializada principalmente por força das ações afirmativas.

Sobre o termo ações afirmativas, Bonilha (2011, p. 156 *apud* GOMES, 2003, p. 27) conceitua como um:

Conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Nesse sentido, as ações afirmativas têm por natureza o combate às diferenças sociais. Os instrumentos para superação destas distâncias estão principalmente atrelados à elaboração de legislação específica.

Ainda sobre a concepção das ações afirmativas, Benedito (2007, p. 119) complementa que:

[...] referem-se a um conceito guarda-chuva que abriga uma variedade de ações, visando desde o acesso de estudantes negros e indígenas à universidade como aos diversos programas de permanência que impulsionam a trajetória acadêmica desses estudantes e a conclusão bem-sucedida de seus cursos de graduação.

No caso da formação no ensino superior, essas ações buscam medidas legais, institucionais e colaborativas, que atendam todo o percurso de grupos específicos de alunos, que necessitam de ajuda pelos mais variados motivos.

Essas ações podem ser estabelecidas de várias maneiras, entre as quais: “sua capacidade de aprovar projetos em editais internos e externos que possibilitem a incorporação de estudantes em atividades de extensão e pesquisa” (FONSECA, 2007, p. 175). Esses projetos, geralmente ofertam bolsas de estudo, o que auxilia nas necessidades dos alunos, além disso, a participação nessas atividades pode proporcionar maior qualidade no processo de aprendizado.

Outro campo de atuação das ações afirmativas, diz respeito ao fortalecimento da identidade dos(as) alunos(as) negros(as). Nesse sentido, “entre esses tantos aspectos, encontra-se a possibilidade de os jovens negros fortalecerem seu pertencimento étnico-racial em um espaço historicamente homogêneo, no qual a diversidade cultural e racial antes não se fazia presente” (MARQUES, 2018, p. 20). Dessa forma a participação das instituições educacionais na promoção de ações de afirmação torna-se um imperativo.

Sobre isso, Marques (2018, p. 12) acrescenta que:

Faz-se necessário, portanto, que, para além do acesso, a universidade desenvolva, por meio das pró-reitorias de graduação e de assistência estudantil, ações que contribuam para a permanência e o fortalecimento da identidade desses grupos nesse espaço em que a maioria é branca. As políticas afirmativas que têm contribuído para o acesso da população negra à universidade possibilitam a mudança do perfil dos acadêmicos em vários cursos em que a hegemonia branca prevalece.

Conforme o autor cabe às instituições reconhecerem o perfil de seus alunos e, dessa forma, promoverem ações que garantam a integração. Adaptar, inclusive, suas próprias práticas e o ambiente acadêmico, cada vez mais heterogêneo.

É nesse contexto de avanços e adequações a essas conquistas que “em termos gerais, as ações afirmativas objetivam a retenção de talentos nos bancos

universitários, os quais num futuro próximo poderão contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico do país” (BENEDITO, 2007, p. 120). Todos os esforços para o acesso, integração e permanência dos alunos negros às instituições de ensino superior tem seu ponto de chegada na finalidade social, de forma que, para além das cadeiras das academias, esses alunos possam ocupar os mais variados postos de liderança.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa surge em decorrência da constatação de desigualdade social ainda muito latente em nossa sociedade, de forma que instiga a busca por informações pautadas em pesquisas científicas.

A formação superior dos sujeitos negros, vista como forma de diminuição das distâncias entre as classes sociais, tem a possibilidade de incluir e permitir a ascensão social de grupos específicos de cidadãos que historicamente foram tratados de forma desigual.

Diante disso esta pesquisa realizou levantamento bibliográfico capaz de elucidar em que medida houve avanço no acesso e permanência do sujeito negro no ensino superior.

Assim foi possível descrever como se deu o processo de formação da identidade negra no Brasil. Constatou-se que predominam as influências culturais impostas, desde a colonização, por uma sociedade dominante, de cor branca e de cultura europeia. Dessa forma, a população negra, historicamente em nosso país viveu em meio à construção de uma percepção de inferioridade.

Por fim identificou-se como as políticas públicas vêm contribuindo para o acesso à educação superior. Podemos apontar que essas políticas partem da mobilização dos sujeitos negros em busca de direitos e garantias. Essa união por maior igualdade de oportunidades gerou, principalmente a partir do século XXI, mecanismos legais que permitiram aos cidadãos negros um maior acesso às instituições públicas, por meio da lei de cotas, bem como, às instituições particulares, com a criação de programas de financiamento estudantil e de bolsas de estudo.

Como uma das muitas consequências positivas, houve a ampliação de alunos negros, oriundos de famílias que até então nunca tiveram um membro com formação superior. Além disso, abre-se a possibilidade de ascensão social dessas famílias.

Discutiu-se também de que forma as ações afirmativas podem ajudar na permanência do estudante nas instituições de nível superior. Verificamos que as ações afirmativas no apoio aos estudantes negros durante a formação superior configuram, sobretudo, em medidas legais e institucionais, das quais, se destacam a abertura de editais de bolsas para participação em projetos acadêmicos. Somando a isso, os efeitos positivos partem da integração e permanência do aluno à maior qualidade no aprendizado.

Esses foram alguns apontamentos coletados em pesquisas sobre o tema em questão. Dessa forma, podemos responder a questão norteadora desta pesquisa, qual seja: Em que medida houve avanço no acesso e permanência do sujeito negro no ensino superior?

Tendo em vista os dados levantados, inferimos que a criação de leis por meio das ações de afirmação, expandiu a participação dos sujeitos negros nas instituições de ensino superior, além disso, foram ampliadas, consideravelmente, o número de vagas.

Concluímos que a integração e permanência dos alunos negros nas instituições de ensino superior tem seu ponto de chegada na finalidade social de forma que, para além das cadeiras das academias, esses alunos possam ocupar os mais variados postos de liderança.

Decerto que, esta, sendo uma pesquisa inicial, pode ser ampliada, haja vista que além dos fatores econômicos e sociais, outras implicações certamente são passíveis de futuros trabalhos correlacionados, além do aprofundamento do que já foi elencado. Por isso a necessidade de pesquisa empírica que possa demonstrar como esta integração do negro na sociedade universitária está ocorrendo seus limites e desafios concretos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **PROUNI E O ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS AO ENSINO SUPERIOR**. v. 12. n. 23. Rio de Janeiro: Revista Contemporânea de Educação, 2017.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. **ACESSO DE NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: O QUE MUDOU ENTRE 2000 E 2010**. Cadernos de Pesquisa, 2015. p. 858- 881.

BENEDITO, Vera Lúcia. Universidade Plural, País de Cidadãos: ações afirmativas desafiando paradigmas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. *In*: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: UNESCO, 2007.

BONILHA, Tamyris Proença. **AÇÕES AFIRMATIVAS E INTEGRAÇÃO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?** Campinas: EDT, 2011. p. 152167.

FONSECA, Marcus Vinícius. O Programa Ações Afirmativas na UFMG e os Conflitos em Torno de uma Proposta de Permanência de Estudantes Negros(as) . *In*: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: UNESCO, 2007.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. nº 41. Estudos e Pesquisas, 2019.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra**. v. 23. Dourados/MS: Revista Brasileira de Educação, 2018.

REIS, Dyane Brito. Acesso e Permanência de Negros(as) no Ensino Superior: o caso da UFBA. *In*: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: UNESCO, 2007.

ROCHA, José Geraldo da. O Desafio da Permanência do(a) Aluno(a) Negro(a) no Ensino Superior: o caso da Universidade Federal Fluminense . *In*: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: UNESCO, 2007.

ROSA, Waldemir. Significados da Permanência da População Negra no Ensino Superior: o caso da Universidade Estadual de Goiás. *In*: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: UNESCO, 2007.